

MERCADOS



Bolsa cai 1,6%, abaixo de 123 mil pontos; na semana recua 3,41%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) buscou novas profundezas ao longo da tarde, perdendo a linha dos 123 mil pontos no pior momento, em baixa na casa de 1,7%, aos 122.658,78 pontos, no menor nível intradia desde 27 de janeiro. E ao fim, o Índice Bovespa (Ibovespa) ainda mostrava perda de 1,6%, aos 122.799,09 pontos, com giro bem reforçado a R\$ 36,2 bilhões sexta-feira que precede longo intervalo sem negócios no Brasil.

Em Nova York, que passou de ganhos em torno de 0,4% para perdas e, depois, a fechamento positivo em nível bem superior ao que se via antes do entretanto: Dow Jones +1,39%, S&P 500 +1,59%, Nasdaq +1,63%.

Na Bovespa, destaque para as perdas nas ações de grandes bancos, de até 4,11% (Santander Unit, mínima do dia no fechamento, assim como para Itaú PN -2,44%). Vale ON cedeu 2,04% (também no piso da sessão no encerramento), com Petrobras mostrando sinal negativo na ON (-0,48%) e PN (-1,86%). Na ponta perdedora do Ibovespa, Marfrig (-10,15%), Braskem (-7,11%) e Vamos (-6,62%). No lado oposto, Marco Polo (+2,80%), Eletrobras (ON +2,6%, PNB +1,70%) e Localiza (+1,81%).

Em fevereiro, o Ibovespa teve perda de 2,64%, após progressão de 4,86% em janeiro - que havia sido o melhor desempenho mensal desde o avanço de 6,54% em agosto passado. No agregado

em 2025, o índice da B3 ainda sobe 2,09%. Na semana, houve perda de 3,41%, após revés de 0,85% no intervalo anterior. Em porcentual, a queda diária desta sexta-feira foi a mais aguda desde 12 de fevereiro, quando havia cedido 1,69%. E o nível de fechamento foi o mais baixo desde 24 de janeiro.

DÓLAR

Já em alta pela manhã em razão de questões técnicas típicas de fim de mês e certa cautela pré-Carnaval, o dólar ganhou mais força ao longo da tarde e superou o nível psicológico de R\$ 5,90, em meio a uma confluência de fatores internos e externos que aumentaram a percepção de riscos dos investidores.

Acompanhando o fortalecimento da moeda americana no exterior, tanto em relação a divisas fortes quanto emergentes, o dólar à vista, que rondava os R\$ 5,89, subiu mais um degrau e ultrapassou o patamar de R\$ 5,90, registrando máxima a R\$ 5,9178 na reta final do pregão.

A moeda americana encerrou o dia em alta de 1,5% em relação ao real, a R\$ 5,9163. Foi o terceiro pregão seguido de valorização do dólar, que atingiu a maior cotação de fechamento desde 24 de janeiro (R\$ 5,9186) e encerrou a semana com ganhos de 3,24%. Com isso, a divisa, que passou boa parte de fevereiro em queda, terminou o mês com valorização de 1,37%, após recuo de 5,56% em janeiro. No ano, o dólar recua 4,87% em relação ao real.

CONTA DE LUZ

Aneel anuncia bandeira tarifária verde em março

RENAN MONTEIRO/AE

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou sexta-feira passada, a bandeira tarifária verde para o mês de março de 2025, sem custo adicional na tarifa de energia. O regulador mencionou, como justificativas, o volume de chuvas e as boas condições dos níveis dos reservatórios.

"Com o período chuvoso, os níveis dos reservatórios melhoraram, assim como as condições

de geração das usinas hidrelétricas. Dessa forma, o acionamento de usinas termelétricas, que possuem energia mais cara, torna-se menos necessário", cita em nota o regulador.

É o quarto mês consecutivo que a bandeira verde é acionada. Com a seca histórica no segundo semestre de 2024, a Aneel havia acionado a bandeira tarifária vermelha patamar 1º em setembro - pela primeira vez em mais de três anos.

O *Broadcast Energia* mostrou que a piora nas expectati-

vas de chuvas para os próximos meses, associada à provável manutenção das altas temperaturas, tem feito com que a possibilidade de acionamento da bandeira tarifária amarela apareça mais cedo nos modelos matemáticos dos especialistas que acompanham o tema. Para março, a bandeira verde já era considerada certa, mas aumentaram as apostas de volta da cobrança adicional na conta de luz em maio.

Além do risco hidrológico (GSF), outro gatilho para o acio-

namento da bandeira mais cara no ano passado foi o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) - valor calculado para a energia a ser produzida em determinado período.

Mês a mês o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) considera o custo variável da produção de energia, como a disponibilidade de recursos hídricos, bem como o acionamento de fontes de geração mais caras. A arrecadação via bandeira tarifária paga os custos adicionais.

EMPRESAS

Depreciação Acelerada terá R\$ 1,5 bilhão este ano e R\$ 1,5 bi em 2026

AMANDA PUPO/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou sexta-feira passada, que o programa de Depreciação Acelerada terá R\$ 1,5 bilhão neste ano para atender novas empresas. Serão ainda mais R\$ 1,5 bilhão para 2026. As companhias interessadas poderão apresentar seus projetos à Receita a partir da próxima quarta-feira, 05.

"Então, você estimula as indústrias a trocarem máquinas, equipamentos, a terem máquinas mais eficientes, melhorarem produtividade e eficiência energética", disse Alckmin a jornalistas. A previsão é de que 25 seto-

res serão atendidos, incluindo o setor automotivo e parte da indústria química.

Na depreciação acelerada - ou superacelerada, nesse caso, por concentrar o benefício em apenas dois anos -, o governo permite que empresas antecipem o abatimento de impostos a que têm direito em razão da depreciação de um bem de capital.

O montante em 2025 já pode ser viabilizado fiscalmente porque menos empresas requisitaram a depreciação acelerada no ano passado em relação ao esperado. O governo havia previsto R\$ 1,7 bilhão no orçamento de 2024 para 50% do benefício às companhias habilitadas, e mais R\$ 1,7 bilhão para a segunda parcela da depreciação neste ano. Como só

R\$ 200 milhões foram usados em 2024, as empresas já habilitadas só precisarão de mais R\$ 200 milhões neste ano para serem atendidas na segunda fase.

No ano passado, o R\$ 1,5 bilhão que sobrou alimentou o resultado primário. Neste ano, ele vai ser usado para novas companhias que desejarem se habilitar no programa. O governo acredita que em 2025, diferente de 2024, os recursos serão mais acessados porque já estarão disponíveis logo no início do exercício. Em 2024, a depreciação foi regulamentada apenas em setembro.

De acordo com Alckmin, o valor ainda poderá ser ampliado. "Isso não quer dizer que esse valor não possa ser aumentado. Nós queremos ganhar tempo, então já

está liberado quarta-feira. R\$ 1,5 bilhão para este ano e 1,5 bilhão para o ano que vem", disse o ministro. Para Alckmin, a depreciação acelerada vem num bom momento para a indústria, de pouca capacidade ociosa, além de ajudar no contexto de juros altos.

O ministro também anunciou que passa a vigorar a autotificação de origem para empresas brasileiras que exportam para a Argentina, Paraguai e Uruguai. A medida permite que a própria empresa exportadora emita a Declaração de Origem sem precisar de intermediários. Segundo o Mdic, a autotificação desburocratiza processos e deve gerar economia estimada em R\$ 10 milhões por ano aos exportadores brasileiros.

DINHEIRO NO BOLSO

Governo publica medida provisória que autoriza saque do FGTS

O governo publicou sexta-feira passada, em edição extra do Diário Oficial da União, a Medida Provisória 1.290, que autoriza a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos trabalhadores que aderiram ao saque-aniversário e foram demitidos sem justa causa.

De acordo com o governo, a medida beneficiará 12,1 milhões de trabalhadores dispensados desde janeiro de 2020 até hoje, data da publicação da MP, e injetará R\$ 12 bilhões na economia.

De acordo com a medida provisória, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o pagamento será feito da seguinte forma:

Saque de até R\$ 3 mil do saldo disponível:

- em 6 de março, para os

trabalhadores com conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS;

- conforme calendário a ser divulgado pela Caixa Econômica Federal para os trabalhadores sem conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS;

Valores remanescentes do saldo disponível:

- em 17 de junho para os trabalhadores com conta bancária previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS

- conforme calendário a ser divulgado pela Caixa Econômica Federal para os trabalhadores sem conta previamente cadastrada para recebimento de recursos do FGTS.

O trabalhador demitido desde 2020 que aderiu ao saque-aniversário não terá de sair da modalidade para sacar o saldo retido no FGTS.

Nove estados e o DF têm renda por pessoa acima da média nacional

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Distrito Federal (DF) e nove estados apresentaram em 2024 rendimento médio domiciliar por pessoa acima da média do Brasil, que ficou em R\$ 2.069. O DF lidera o ranking, com R\$ 3.444, 66% acima do rendimento médio nacional.

Os dados foram divulgados sexta-feira passada, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estado com menor rendimento domiciliar por pessoa é o Maranhão (R\$ 1.077). A diferença entre o Distrito Federal e o Maranhão supera três vezes (3,19).

A liderança do DF é explicada pelo grande contingente de funcionários públicos na capital fe-

deral. Eles conseguem uma remuneração acima da média da iniciativa privada.

O estado mais populoso do Brasil, São Paulo, figura na segunda posição, com rendimento domiciliar por pessoa de R\$ 2.662.

RENDA X MORADORES

O rendimento domiciliar *per capita* (por cabeça) é a relação entre o total dos rendimentos domiciliares e o total dos moradores. Nesse cálculo são considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes, como aposentadorias e benefícios do governo. Todos os moradores são considerados no cálculo.

As dez unidades da federação (UF) que ficaram acima da média em 2024 são localizadas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Na comparação com 2023, Minas Gerais deixou de ficar acima da média.

A divulgação do rendimento *per capita* atende à Lei Complementar 143/2013, que estabelece os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Os dados são repassados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

As informações são coletadas ao longo do ano pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

SEM COMPARAÇÃO

O IBGE enfatiza que a divulgação desta sexta-feira é "uma fotografia do ano de 2024" apenas para subsidiar o cálculo do FPE - transferência de recursos federais para os estados e o DF.

As divulgações anuais são sempre com valores nominais, ou seja, sem o efeito da inflação. Dessa forma, segundo o instituto, não é feita comparação entre os anos.

"A publicação não tem por objetivo analisar a evolução histórica do rendimento *per capita* no país", afirma o técnico do IBGE Gustavo Geaquinto Fontes.

"Como os dados estão a preços do respectivo ano, não é adequado o cálculo de taxas de crescimento anual do rendimento, assim como fazer comparações sobre mínimo ou máximo da série histórica", complementa.

A série histórica completa de rendimento da PNAD Contínua - com valores corrigidos que permitem comparações anuais - será divulgada em maio.

Nota

BC APROVA ENCERRAMENTO DA M PAGAMENTOS, FINANCEIRA DA REDE DE VESTUÁRIO MARISA

O Banco Central aprovou sexta-feira passada, o cancelamento da autorização para funcionamento da M Pagamentos, a financeira da rede de vestuário Marisa. O aval para encerrar a operação da financeira veio após um longo período. O grupo varejista pediu o fechamento da financeira no começo de 2023, mas precisou fazer ajustes para o processo ser concluído. Hugo Queiroz, sócio da L4

Capital, atribuiu o interesse pelo papel ao aval do BC para a rede encerrar a financeira: "Encerra o risco financeiro da empresa, de provisões e, consequentemente, de caixa e estrutura de capital", diz. Em janeiro e dezembro, o BC aprovou dois aumentos de capital na M Pagamentos, que somaram R\$ 30 milhões, isso fora vários outros ao longo dos últimos dois anos. No começo deste ano, o grupo quitou o saldo de depósitos a prazo (CDBs) que restava na financeira, um passo essencial para encerrar as operações da unidade, conforme noticiou a Coluna do Broadcast.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

AVIAÇÃO

Anac autoriza nova empresa aérea a operar no Brasil

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Uma nova companhia aérea promete começar a operar no Brasil até o fim de março próximo. A Avion Express Brasil, subsidiária da empresa de mesmo nome pertencente ao grupo irlandês Avia Solutions, recebeu, na sexta-feira passada, autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para oferecer um modelo operacional inédito no país: a prestação de serviços para outras companhias do setor.

O serviço que a controladora da Avion Express Brasil oferece em outros países é conhecido pela sigla ACMI (do inglês, aeronave, tripulação, manutenção e seguro). Neste formato, a empresa contratada arrenda a outras companhias - por um período pré-determinado - não só aeronaves, mas também pilotos e co-

missários, além de responder pela manutenção dos aviões e pagamento de seguros. A contratante, por sua vez, se encarrega da comercialização das passagens e arca com os custos operacionais, como combustível, taxas aeroportuárias e outras tarifas.

"Esse modelo de negócio possibilita otimizar a capacidade das companhias aéreas, permitindo que (estas) ampliem suas operações temporariamente em períodos de alta demanda, como férias e eventos especiais, além de garantir a continuidade do serviço em casos de indisponibilidade de aeronaves", explicou a Anac, em nota.

Também em nota, a Avion Express celebrou a obtenção do Certificado de Operador Aéreo (COA) - documento que comprova que, após se submeter ao processo de certificação da agência reguladora, a empresa

recebeu autorização para operar em território brasileiro.

"Com a aprovação do certificado, já em vigor, a Avion Express Brasil está pronta para iniciar as operações comerciais no primeiro trimestre de 2025, implantando até dez aeronaves da família Airbus A320 até o final do ano", informou a controladora da subsidiária brasileira, revelando ter planos para chegar a 25 aeronaves até 2028.

OPERAÇÃO

Ainda de acordo com a Avion Express, o início da operação brasileira "representa um passo significativo para as soluções de ACMI na América Latina, região que o grupo reconhece como "um mercado chave em crescimento" e com muito potencial". Razão pela qual, recentemente, a Avion Express estabeleceu parcerias no México e

na Argentina.

"Com o setor de aviação experimentando mudanças cíclicas de demanda, nossas soluções (em ACMI) fornecerão às companhias aéreas brasileiras a flexibilidade de que precisam para otimizar suas operações. Estamos confiantes de que nossos serviços ajudarão a preencher as lacunas de capacidade, mantendo os mais altos padrões de eficiência e confiabilidade", comentou, na mesma nota, o executivo-chefe Darius Kajokas.

Desde meados do ano passado, a subsidiária brasileira da Avion Express é comandada pelo engenheiro argentino Esteban Jauregui Lorda, que já atuou na colombiana Avianca; na brasileira Gol e na Aerolíneas Argentinas, onde começou sua carreira no setor. A sede da companhia fica em Indaiatuba, no estado de São Paulo.

PETROBRAS

Campo de Mero atingiu recorde de 500 mil barris de óleo por dia

DENISE LUNA/AE

O campo de Mero, localizado no pré-sal da bacia de Santos, alcançou sexta-feira passada, a marca de 500 mil barris de petróleo produzidos diariamente, informou a Petrobras. Com isso, Mero se torna o terceiro campo da estatal em operação a superar esse número.

O bloco de Libra, onde se situa o campo de Mero, foi arrematado pelo Consórcio de Libra em 2013, sendo o primeiro contrato celebrado no regime de partilha de produção no Brasil.

Atualmente, existem quatro plataformas em operação no campo, sendo que a primeira delas começou a produzir em 2017 (FPSO Pioneiro de Libra).

"Desde que extraiu seu primeiro óleo, a produção de Mero é marcada por avanços tecnológicos, inovação e recordes de produção. A marca de 500 mil barris diários é fruto do trabalho de várias áreas e das novas tecnologias utilizadas nos nossos projetos e no dia a dia de nossas operações", disse em nota a presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

A operação iniciada em 2017 foi ampliada com os navios-plataforma Guanabara - atualmente a de maior produção do País - Sepetiba e Duque de Caxias. Ainda em 2025, a quinta unidade entrará em operação, o FPSO Alexandre de Gusmão, que deixou a China em dezembro de 2024.

Com a nova plataforma, a capacidade de produção instalada do campo subirá para 770 mil barris de óleo diários. O pré-sal responde, atualmente, por 81% da produção total da Petrobras.

Descoberto em 2010, Mero está localizado em águas ultra profundas (profundidade de 2.100 metros), a 180 km da costa do estado do Rio de Janeiro. O campo é regido pelo Contrato de Partilha de Produção de Libra - operado pela Petrobras (38,6%), em parceria com a Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies (19,3%), CNOOC (9,65%), CNPC (9,65%) e a Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) (3,5%), que, além de gestora do contrato, atua como representante da União na área não contratada (3,5%).

Nota

MEDIDAS PARA COMPENSAR DESONERAÇÃO SÃO INSUFICIENTES E PREJUÍZO É DE R\$ 20,23 BI

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou sexta-feira passada, uma manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) afirmando que as medidas de compensação da desoneração da folha de pagamento aprovadas pelo Congresso são insuficientes e que há risco de prejuízo R\$ 20,23 bilhões para os cofres públicos. Grupo Estado antecipou mais cedo que a manifestação estava em estudo no órgão. Agora, o ministro Cristiano Zanin, relator do processo ajuizado pelo governo que questiona a desoneração, vai avaliar se profere novas decisões sobre o tema. "As medidas adotadas não se mostraram suficientes para garantir a compensação em 2024, e, o que é ainda mais grave, são menos

ainda suficientes para o corrente ano de 2025 e seguintes", diz a manifestação assinada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias. De acordo com a AGU, o impacto negativo total da desoneração em 2024 foi de R\$ 30,5 bilhões, enquanto as medidas arrecadatórias em 2024 totalizaram R\$ 9,38 bilhões, o que indica um déficit, em 2024, de R\$ 21,12 bilhões. O órgão ressaltou que a projeção de ingresso de R\$ 8 bilhões em depósitos judiciais para 2024 não se concretizou, atingindo apenas R\$ 246,2 milhões. "A materialização dessa receita nos exercícios de 2025 e subsequentes é considerada improvável", prossegue. A manifestação atende a pedido de Zanin, após a Procuradoria-Geral da República sugerir que a AGU seja intimada para informar os desdobramentos da lei que estabeleceu medidas de compensação para a desoneração.

FEDERACAO ESTADUAL RIO DE ATLETISMO

CNPJ 44.172.442/0001-90.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025

O Presidente da Federação Estadual Rio de Atletismo - FERAT, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelecem os Artigos 20 a 23 e 27 do Estatuto da FERAT em vigor, CONVOCA os Senhores Membros Representantes que integram cada Entidade filiada, devidamente credenciada, para participarem de REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL a ser realizada de forma híbrida e com voto aberto, no dia 25/03/25, no Auditório do Célio de Barros, no Complexo do Maracanã, situado à Rua Prof. Eurico Rabelo, S/N - Estádio Célio de Barros - Maracanã (RJ) CEP: 20271-150, Contato: +55 (21) 99692-1724, E-mail: eleicoes@ferat.org.br. A Assembleia será instalada às 10:00h primeira convocação, com a maioria absoluta, ou às 10:30h - Segunda Convocação, com os representantes presentes, para deliberar com o quórum exigido estatutariamente para tratar da seguinte ORDEM DO DIA: Eleição Presidente e Vice-Presidente, para o período 2025/2028, Eleição do Conselho de Ética da FERAT, para o período 2025/2028 e Eleição do Conselho Fiscal da FERAT, para o período 2025/2028. As eleições, mencionadas acima, serão conduzidas pela Comissão Eleitoral abaixo nomeada em 20/02/2025, pelo Presidente da FERAT Sr. Robson José Maia da Silva através de Ofício enviado à Vice-presidente do TJD-Atletismo-RJ - Dr.ª Erica Roberta C. do Bomfim Santiago, à qual caberá decidir todas as questões referentes ao pleito a ser realizado na Assembleia Geral acima descrita, em conformidade com os artigos 20 ao 26 do Estatuto da FERAT e com o Artigo 22, Inciso VI, da Lei nº 9.615/98.

EMISSÃO S.A.

CNPJ/ME nº 39.110.879/0001-60 - NIRE nº 3330030994-2

Edital de Convocação - Ata de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da Emissão S.A. ("Companhia") a se reunirem em Ata de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 10 de março de 2025, com a primeira convocação às 10:00 horas, e segunda convocação às 10:30 horas de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 132, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Assuntos deliberados: Aprovação das contas da Companhia do exercício de 2024 e demais assuntos. Informações gerais: Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhado do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail controladoria@emissao.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO (isto é, até às 10:00 horas do dia 07/3/2025). Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores Acionistas, que manifestarem seu interesse em participar da AGO por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGO, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo Acionista. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025. Presidente do Conselho de Administração

EÓLICA MANGUE SECO 1

GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 11.643.458/0001-85 - NIRE 33.3.0034028-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2024

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 26 de dezembro de 2024, às 9:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. 2. **MESA:** Presidente - Sr. José Guilherme Cruz Souza, Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca. 3. **PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. 5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o aumento do capital social no montante de R\$ 1.126.314,79 (um milhão cento e vinte e seis mil trezentos e quatorze reais e setenta e nove centavos), mediante capitalização da reserva legal da Companhia sem a modificação do número das ações ordinárias, nos termos do § 1º do art. 169 da Lei das Sociedades por Ações. 6. **DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar o tema proposto na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberou em aprovar o aumento do capital social no montante de R\$ 1.126.314,79 (um milhão cento e vinte e seis mil trezentos e quatorze reais e setenta e nove centavos), mediante capitalização da reserva legal da Companhia sem a modificação do número das ações ordinárias, nos termos do § 1º do art. 169 da Lei das Sociedades por Ações. 6.1. Em decorrência da deliberação constante da ordem do dia, altera-se a redação do ARTIGO QUINTO do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO QUINTO - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 11.568.223,24 (onze milhões quinhentos e sessenta e oito reais duzentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), dividido em 18.047.630 (dezoito milhões quarenta e sete mil seiscentos e trinta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. 6.2. Em decorrência da deliberação constante na Ordem do Dia, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma do Anexo I. 6.3. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. 8. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 26/02/2025 sob o nº 00006841899, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 4

GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2024

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 26 de dezembro de 2024, às 11:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. 2. **MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza como Presidente e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Secretária. 3. **PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. 5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre o aumento do capital social no montante de R\$ 2.000.907,34 (dois milhões novecentos e sete reais e trinta e quatro centavos), mediante capitalização da reserva legal da Companhia sem a modificação do número das ações ordinárias, nos termos do § 1º do art. 169 da Lei das Sociedades por Ações. 6. **DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar o tema proposto na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberou em aprovar o aumento do capital social no montante de R\$ 2.000.907,34 (dois milhões novecentos e sete reais e trinta e quatro centavos), mediante capitalização da reserva legal da Companhia sem a modificação do número das ações ordinárias, nos termos do § 1º do art. 169 da Lei das Sociedades por Ações. 6.1. Em decorrência da deliberação constante da Ordem do Dia, altera-se a redação do ARTIGO QUINTO do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO QUINTO - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 10.981.056,34 (dez milhões novecentos e oitenta e um mil cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos), dividido em 17.118.440 (dezesete milhões cento e dezoito mil cento e quarenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. 6.2. Em decorrência da deliberação constante na Ordem do Dia, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma do Anexo I. 6.3. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. 8. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 27/02/2025 sob o nº 00006845018, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 4

GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2025

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 07 de fevereiro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. 2. **MESA:** Presidente - Sr. José Guilherme Cruz Souza, Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca. 3. **PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. 5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a inclusão das atividades de gestão de operação e manutenção de Usinas de Energia Eólica, serviços de operação e manutenção do BOP elétrico de Usinas de Energia Eólica e serviços de operação e manutenção, efetuados em equipamentos, obras ou instalações civis, elétricas e eletromecânicas, compreendendo manutenção preventiva e manutenção corretiva no Objeto Social da Companhia e (ii) consignar o endereço da filial da Companhia no parágrafo único do artigo segundo do Estatuto Social. 6. **DELIBERAÇÃO:** Após discutir e analisar o tema proposto na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovou (i) a alteração do artigo terceiro do Estatuto Social da Companhia, para incluir as atividades de gestão de operação e manutenção de Usinas de Energia Eólica, serviços de operação e manutenção do BOP elétrico de Usinas de Energia Eólica e serviços de operação e manutenção, efetuados em equipamentos, obras ou instalações civis, elétricas e eletromecânicas, compreendendo manutenção preventiva e manutenção corretiva e (ii) a alteração no parágrafo único do artigo segundo do Estatuto Social para consignar o endereço da filial da Companhia. 6.1. Em decorrência da deliberação constante da Ordem do Dia, altera-se a redação do artigo terceiro do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO TERCEIRO - A Companhia tem por objeto social: a) A constituição, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central eólica denominada Usina de Mangue Seco 4, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade instalada de 26 MW, bem como a comercialização de energia elétrica gerada pela Usina. b) A execução de atividades de gestão de operação e manutenção de Usinas de Energia Eólica, serviços de operação e manutenção do BOP elétrico de Usinas de Energia Eólica e serviços de operação e manutenção, efetuados em equipamentos, obras ou instalações civis, elétricas e eletromecânicas, compreendendo manutenção preventiva e manutenção corretiva." 6.2. Em decorrência da deliberação constante da Ordem do Dia, altera-se a redação do artigo segundo do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO SEGUNDO - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP: 22250-040, podendo abrir e encerrar agências, escritórios e filiais em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. Parágrafo Único - A Companhia mantém filial na Serra Mangue Seco, s/nº, Zona Rural, Município de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte, CEP: 59.598-000, CNPJ nº 11.643.647/0002-39." 6.3. Em decorrência da deliberação constante na Ordem do Dia, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma do Anexo I. 6.4. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrado os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. 8. **ASSINATURAS:** Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 26/02/2025 sob o nº 00006841363, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

OPERAÇÃO MAFIUSI

PF apreende cavalos R\$ 3 milhões em haras de chefão do PCC

RAYSSA MOTTA/AE

Dois cavalos avaliados em R\$ 3 milhões foram apreendidos sexta-feira passada, em um haras em Indaiatuba, no interior de São Paulo, em uma operação da Polícia Federal sobre a rede de tráfico internacional de drogas do Primeiro Comando da Capital (PCC) com a máfia italiana.

Os policiais fizeram buscas em Indaiatuba e em Santana de Parnaíba, na Grande SP, para aprofundar a investigação da Operação Mafiusi, deflagrada em dezembro de 2024. Provas apreendidas no final do ano passado levaram a novas suspeitas envolvendo a etapa de lavagem de dinheiro do esquema. Os endereços das buscas são ligados a operadores fi-

nanceiros e a um líder do PCC.

A Justiça Federal mandou bloquear imóveis, contas bancárias e aplicações financeiras dos investigados. O confisco decretado pela 23.ª Vara Federal de Curitiba atinge R\$ 31,5 milhões.

Segundo a Polícia Federal, contas de passagem, empresas de fachada e transações imobiliárias vinham sendo usadas para lavar de dinheiro do tráfico de drogas.

Durante a Operação Mafiusi, a PF constatou o envio de toneladas de cocaína para a Europa, principalmente em carregamentos de louças sanitárias e madeiras para a Espanha. Também constatou voos lotados com até 1,5 tonelada de cocaína para aeroportos de Portugal e da Bélgica.

AVENIDA PAULISTA

Homem é preso após tentar tirar arma de PM

RENATA OKUMURA/AE

Um homem de 23 anos foi preso após tentar tirar a arma de um policial militar na noite de quinta-feira passada, na Avenida Paulista, região central da cidade de São Paulo. Ninguém ficou ferido.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, os agentes estavam em patrulhamento quando o suspeito se aproximou e tentou pegar a arma de um dos

policiais, que conseguiu impedir a ação.

A ocorrência foi registrada em frente a Estação Brigadeiro da Linha 2-Verde do Metrô de São Paulo.

O indivíduo foi contido pelos agentes e encaminhado ao 78º Distrito Policial (Jardins), onde o caso foi registrado como resistência. "O homem foi liberado após assinatura do Termo Circunstanciado (TC)", disse a SSP, sem dar mais detalhes sobre o ocorrido.

Nota

VOO DA LATAM ATRASA 4 HORAS APÓS PASSAGEIRO ACIONAR ESCORREGADEIRA

Um passageiro de um avião da Latam que viajaria de Guarulhos (SP) para Salvador na noite do último dia 25, acionou uma das escorregadeiras infláveis da aeronave, enquanto ela estava na pista do aeroporto de Cumbica, e causou um atraso de quatro horas na decolagem. Foi preciso trocar de avião e, devido ao comportamento indisciplinado, o passageiro foi retirado do voo. Em nota, a Latam Brasil afirmou que pediu apoio da Polícia Federal (PF) para desembarcar o passageiro, cujo nome não foi divulgado. A escorregadeira acionada foi a traseira. O voo, de número LA3180, estava previsto para decolar às 23h45, mas só partiu às 3h41. Segundo a Latam, o voo transcorreu sem mais surpresas e a aeronave pousou na capital baiana às 5h20 de quarta-feira. "A Latam lamenta os transtornos causados e reitera que adota todas as medidas de segurança técnicas e operacionais para garantir uma viagem segura para todos", concluiu a empresa, em nota.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 45ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo De Securitizedora De Créditos Imobiliários Da 1ª Série Da 45ª Emissão Da Canal Companhia De Securitizedora De Certificados De Recebíveis Imobiliários Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Porte Almagah 227 Spe Ltda. E Pela João De Oliveira Torres Incorporações Spe Ltda. ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 21 de março de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a reestruturação societária envolvendo a PORTE ALMAGAH 227 SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.584.231/0001-55 ("Devedora 1"), a JOÃO DE OLIVEIRA TORRES INCORPORAÇÕES SPE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.189.699/0001-97 ("Devedora 2"), e quando em conjunto com a Devedora 1, "Devedoras"; e a PORTE ENGENHARIA E URBANISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.233.935/0001-72 ("Porte Engenharia"), nos termos previstos no Anexo II à Ata de Assembleia, sem que este evento configure uma Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na cláusula 8.2, subitem (v) dos Termos de Emissão (conforme definido no Termo de Securitizedora), e/ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, conforme previsto na cláusula 8.1, subitem (k) dos Termos de Emissão; (ii) Aprovar a alteração do rol de Fiadores (conforme definido no Termo de Securitizedora), de modo que passem a figurar como Fiadores exclusivos (a, 1) a Porte Engenharia; (b, 1) a Devedora 2; (c, 1) a PORTE PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.972.460/0001-99 ("Porte Participações"); (d, 1) a PORTE DESENVOLVIMENTO URBANO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 55.256.972/0001-33 ("Porte Desenvolvimento") (em conjunto, "Fiadores Notas Comerciais 1"), bem como a (a, 2) a Porte Engenharia; (b, 2) a Devedora 1; (c, 2) a Porte Participações e (d, 2) a Porte Desenvolvimento (em conjunto, "Fiadores Notas Comerciais 2"). Por consequência, aprovar a liberação da fiança, com relação às Notas Comerciais 1 e às Notas Comerciais 2, de parte dos Fiadores, a saber (a) MARCO ANTÔNIO MELRO ("Marco"); e (b) SANDRA GASPARGAS VASCONCELOS MELRO ("Sandra") e, em conjunto com Marco, "Fiadores PJ"; (iii) Aprovar a contratação do Freitas, Leite e Avard, inscrito sob o CNPJ nº 61.197.240/0001-12 ("Assessor Legal"), para atuar nos termos da proposta constante do Anexo I à ata de assembleia, para que sejam elaborados todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas e aprovadas na Assembleia Geral, conforme aplicável; e (iv) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário dos CRI possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos e aditamentos aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora) necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata de assembleia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@cmccri.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI PORTE 45", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: (a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (https://www.canalsecuritizedora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais Instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 01 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitizedora

INVESTIGAÇÃO

RENATA OKUMURA/AE

A Polícia Civil de São Paulo apreendeu um grande acervo de artes sacras no apartamento de um homem apontado como decorador de igrejas. No imóvel, na zona oeste da capital paulista, foram encontrados 20 quadros de

artes religiosas, três telas retiradas das molduras, crucifixos, imagens de santos, crucifixos, livros antigos e outros objetos.

A ação é desdobramento de uma investigação sobre um esquema de recepção e ocorreu após o registro de um furto em uma igreja na região da Sé, no centro da capital paulista.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, na quarta-feira passada, agentes do 1º Distrito Policial (Sé) cumpriram um mandado de busca na casa de um homem suspeito de envolvimento no crime, na zona oeste da cidade.

"O suspeito, que atua na reforma e construção de altares

em igrejas de São Paulo e do Rio de Janeiro, foi detido e encaminhado ao 1º DP, onde prestou depoimento e foi liberado", disse a secretaria.

Os investigadores apuram se o indivíduo é o responsável pelos furtos. Também pretende esclarecer a quais igrejas as artes sacras pertencem.

OPERAÇÃO RECUPERAÇÃO

Quadrilha especializada em furtos a apartamentos de São Paulo é presa

FABIO GRELLET/AE

Cinco pessoas foram presas pela Polícia Federal em São Paulo na manhã de quinta-feira passada, acusadas de integrar uma quadrilha especializada em furtos a apartamentos na capital paulista. O nome dos detidos não foi divulgado. O *Estadão* não conseguiu localizar as

defesas.

Segundo a Polícia Federal, a investigação começou quando criminosos invadiram um apartamento e furtaram objetos que são da União. A instituição não informou quais são esses objetos alvos de furto.

Os investigadores descobriram que o grupo usava plataformas online e documentos

falsos para alugar imóveis nos condomínios onde planejavam praticar furtos. Com acesso garantido ao prédio, eles monitoravam os moradores dos apartamentos escolhidos e, quando sabiam que o imóvel estava vazio, arrombavam a porta e praticavam os furtos.

Ao longo da apuração, cons-

tatou-se que em apenas um mês os investigados alugaram pelo menos quatro apartamentos para a prática dos crimes. Eles poderão responder por furto qualificado, associação criminosa e uso de documento falso.

A operação deflagrada quinta-feira recebeu o nome de Recovery (Recuperação).

ROGERINHO

Viúva de líder do PCC casada com policial civil tem prisão decretada

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

A Justiça decretou a prisão preventiva de Danielle Bezerra dos Santos, casada com o investigador da Polícia Civil Rogério de Almeida Felício, o Rogerinho. Segundo denúncia do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), Danielle lavava dinheiro para criminosos. A reportagem tenta contato com a defesa dela.

O MP-SP diz que Danielle atuava "no contexto das atividades ilícitas da organização" para "lavagem de capitais do produto e proveito do crime de tráfico de drogas e outros crimes correlatos praticados por seus integrantes". Segundo a denúncia acatada pela justiça, ela teria atuado diretamente "para ocultar provas e objetos dos crimes ligados ao seu companheiro e também denunciado Rogério de Almeida Felício". A ordem de prisão saiu quinta-feira passada, mas ela está foragida.

Rogerinho, que está preso, trabalhou na segurança do cantor sertanejo Gustavo Lima. Ele é um dos oito policiais civis acusados pelo MP de extorquir bens e dinheiro de Vinícius Gritzbach, delator do PCC, assassinado em novembro do ano passado, ao desembarcar no Aeroporto de Guarulhos.

Procurada pela reportagem, a

defesa de Rogerinho avalia se vai se pronunciar. A Balada Eventos, escritório que administra a carreira artística de Gustavo Lima, diz que Rogério prestou serviços em alguns eventos (shows) como integrante da equipe de segurança do artista, e que acompanha os desdobramentos do caso.

EMPRESAS LARANJAS

A apuração indicou que Danielle ajudava o marido a administrar contas abertas em nome de empresas "laranjas" para ocultar a origem do dinheiro ilícito. Antes de se casar com o policial civil, a mulher foi casada com Felipe Geremias dos Santos, o Alemão, responsável pelas operações do PCC em Santo André, Mauá e São José dos Campos, segundo a polícia. Alemão a deixou viúva em 2019.

Após a morte do faccionado, a viúva passou a cobrar os devedores dele com a ajuda do atual companheiro, Rogerinho. Em uma gravação, o policial diz a Danielle que vai pedir autorização para o PCC para cobrar os devedores de Alemão. E afirma que, caso seja autorizado, iria encostar uma viatura policial descaracterizada no bar do devedor e "dar um cacete nele".

As gravações obtidas pela investigação mostram um diálogo

de Danielle com seu pai em que ela o orienta a depositar dinheiro na conta de uma empresa "laranja" que Rogério teria comprado. "Não tem vínculo nenhum com o CPF dele, com o meu CPF, então é uma conta que pode cair o quanto de dinheiro que for, entendeu? Pensa como se fosse uma conta de laranja. É essa conta, pode socar o quanto de dinheiro o senhor quiser que nunca vai ter problema nenhum."

'ROUBA DE QUEM ROUBA'

Em uma troca de mensagens por rede social, Danielle conversava com uma amiga e esta a questionava sobre o fato dela estar casada com um policial, após ficar viúva de um "bandido". A mulher de Rogerinho responde que "com polícia a hipocrisia é maior", pois "rouba de quem rouba e paga de santo".

As mensagens fazem parte da denúncia encaminhada pelo MP-SP à Justiça, na qual Danielle é acusada pelos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro. O MP-SP confirmou ter pedido a prisão de 12 denunciados, entre eles Danielle. O Tribunal de Justiça de São Paulo informou que os pedidos de prisão tramitam sob sigredo de justiça.

Rogerinho foi denunciado

por suspeita de "conluio entre agentes públicos, integrantes do PCC e operadores da facção", junto com dois delegados, seis investigadores, dois empresários e um advogado, além de Danielle. Os investigados podem responder por lavagem de capitais e crimes contra a administração pública, como peculato e corrupção passiva.

VINICIUS GRITZBACH

O caso de Rogerinho e sua mulher tem ligação com as investigações sobre o assassinato de Vinícius Gritzbach, após ter feito um acordo de delação premiada com o MP-SP. Ele revelou os nomes de pessoas ligadas à facção criminosa e de policiais que extorquiam dinheiro dele.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, o policial Rogério não é investigado pela morte de Gritzbach, mas por outros crimes.

A Polícia Civil esclarece que o envolvimento de integrantes da instituição com o crime organizado é rigorosamente apurado pela Corregedoria, que colabora com as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. "A instituição não compactua com os desvios de conduta. Todo agente que desobedecer os protocolos da instituição será rigorosamente punido", diz em nota.

DOCUMENTOS FALSOS

Quadrilha que aplicava golpe de falsa venda de imóveis na Grande SP é presa

RENATA OKUMURA/AE

Três homens e uma mulher foram presos por suspeita de envolvimento com quadrilha que aplicava o golpe de falsa venda de imóveis em endereços da Grande São Paulo. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, os suspeitos, que forjavam documentos falsos, são acusados de estelionato.

Segundo a investigação, eles foram detidos depois que os investigadores receberam uma

denúncia ainda na agência imobiliária, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, na quarta-feira, passada.

"A equipe foi acionada pela administradora da empresa, que informou que os suspeitos haviam negociado a venda do imóvel por meio da imobiliária e que, ao entregar os documentos em mãos, percebeu que eram falsos. Em seguida, a mulher relatou o crime e passou as informações dos veículos usados pelos criminosos aos agentes", disse a SSP.

No local, a polícia deteve uma mulher e dois homens. Ainda durante as buscas, foi constatada a participação de um quarto indivíduo no crime, responsável por fazer o transporte da quadrilha até o local onde tentaram aplicar o golpe. "Ele estava em um carro e, ao perceber a presença policial, tentou fugir, mas também foi abordado."

De acordo com a investigação, o suspeito de ser o mandante do crime falsificava os documentos e alegava estar

vendendo propriedades a valores abaixo do mercado. "Antes que ele pudesse concluir o golpe, a vítima identificou divergências nos documentos e, ao verificar a autenticidade dos dados, descobriu que eram falsos", afirma a SSP.

O caso foi registrado no 6º Distrito Policial de São Bernardo do Campo como estelionato, associação criminosa, uso e falsificação de documento. Todos foram encaminhados à delegacia e permanecem à disposição da Justiça.

CONGRESSO

Lula nomeia Gleisi para comandar articulação política

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu a deputada federal e presidenta do Partido dos Trabalhadores (PT), Gleisi Hoffmann, para assumir a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, pasta responsável pela articulação política do governo. A posse da nova ministra está marcada para o dia 10 de março.

Lula e Gleisi estiveram reunidos na manhã de sexta-feira passada e a indicação foi confirmada pelo Palácio do Planalto, em nota. Ela vai substituir o atual ministro Alexandre Padilha, recém indicado para comandar o Ministério da Saúde

no lugar de Nísia Trindade.

O presidente também se manifestou em publicação nas redes sociais e desejou um "bom trabalho" à nova ministra.

Também pelas redes sociais, Gleisi agradeceu a "confiança e o estímulo" do presidente Lula. "Sempre entendi que o exercício da política é o caminho para avançarmos no desenvolvimento do país e melhorar a vida do nosso povo. É com este sentido que seguirei dialogando democraticamente com os partidos, governantes e lideranças políticas", escreveu.

CONGRESSO

Em nota, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que foi comunicado por Lula da mudança e desejou sucesso à

nova ministra.

"Desejo muito sucesso nessa importante missão de dialogar com o Parlamento. Em nome do Congresso Nacional, reafirmo nosso compromisso em trabalhar sempre em defesa do Brasil".

Lula também telefonou para o presidente da Câmara, Hugo Motta. Também em nota, o parlamentar lembrou da sua boa relação com Gleisi e também lhe desejou sucesso.

"Recebi ligação do Presidente Lula comunicando a indicação da deputada Gleisi para o cargo de Ministra das Relações Institucionais. Sempre tive boa relação com ela no parlamento. Desejo pleno êxito na nova função e continuaremos o diálogo permanentemente a favor do Brasil".

NÃO GOSTOU

A oposição ao governo do presidente Lula criticou a indicação da deputada e presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann (PR), para o comando da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). Segundo lideranças no Congresso, o movimento indica uma "radicalização e isolamento" do Executivo e coloca "ideologia e interesses partidários acima do Brasil".

O líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que a nomeação de Gleisi mostra que o governo "dobra a aposta" num movimento de "radicalização e isolamento". Marinho disse ainda que o Executivo potencializa "erros do passado".

GOLPISTA NA CADEIA

Moraes diz que Braga Netto tem acesso a provas e nega mais prazo

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou sexta-feira passada pedido dos advogados do general Braga Netto para ampliar o prazo para apresentação de defesa sobre a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) envolvendo o inquérito do golpe.

Braga Netto, o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros investigados foram denunciados pela trama golpista para impedir o terceiro mandato

do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na petição enviada a Moraes, o advogado José Luiz de Oliveira disse que a defesa necessita de prazo dobrado de 30 dias para se manifestar nos autos. O prazo dado pelo ministro é de 15 dias, está previsto na legislação e termina no dia 7 de março. Segundo a defesa, o material a ser analisado tem cerca de 70 gigabytes e 1.400 arquivos.

O advogado também afirmou que não teve acesso à íntegra da delação do ex-ajudante de ordens Mauro Cid. A defesa de

Braga Netto também quer apresentar sua manifestação após a defesa de Cid.

Ao analisar o pedido, Alexandre de Moraes disse que a defesa de Braga Netto possui amplo acesso às provas documentadas nas investigações e as que constam na denúncia da PGR.

"Mais uma vez, não assiste razão à defesa, que, parece, não ter consultado os autos", afirmou o ministro.

PRISÃO

Em dezembro do ano passado, Braga Netto foi preso por de-

terminação de Alexandre de Moraes.

Segundo as investigações da Polícia Federal (PF), o general da reserva e vice na chapa de Bolsonaro em 2022 estaria obstruindo a investigação sobre a tentativa de golpe.

A PF identificou que o general, indiciado por ser um dos principais articuladores do plano golpista, tentou obter dados sigilosos da delação de Mauro Cid.

Após a prisão, a defesa negou que Braga Netto tenha obstruído as investigações.

STF

Dino descarta razões que o impeçam de julgar denúncia contra Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse sexta-feira passada que não há razões para impedir o julgamento da denúncia da trama golpista promovida no governo de Jair Bolsonaro. Dino enviou um ofício ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, para se manifestar sobre o pedido da defesa do ex-presidente contra sua participação no julgamento.

No ofício, Flávio Dino lembra que julgou casos em que votou a favor de teses defendidas por Bolsonaro e não houve contestação sobre sua participação. Segundo o ministro, a defesa pediu seu impedimento de "modo surpreendente e violador de uma espécie de preclusão lógica".

Dino também acrescentou que nunca atuou nas investigações dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 durante o perío-

do em que foi ministro da Justiça e Segurança Pública. Ele afirmou que tinha apenas a atribuição de supervisão administrativa da Polícia Federal, sem interferências em investigações.

"Todavia, não subsistem razões para a declaração do meu impedimento. Além da impossibilidade lógica já sublinhada, há de se lembrar que estamos em sede de demanda de cunho penal, sendo incabível invocar a incidência de hipótese de impedimento prevista no Código de Processo Civil, por interpretação ampliada", justificou.

IMPEDIMENTO

Na terça-feira, a defesa de Bolsonaro protocolou uma petição para que a Corte reconheça a impossibilidade de os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino participarem do julgamento da denúncia, que ainda não tem data definida.

Os advogados de Bolsonaro destacam que Flávio Dino entrou com queixa-crime contra Bolsonaro quando ocupou o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública nos primeiros meses do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No caso de Zanin, a defesa do ex-presidente diz que, antes de chegar à Corte, o ministro foi advogado da campanha de Lula e entrou com ações contra a chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022.

Zanin também enviou ofício ao presidente do STF para informar que não há razões para torná-lo impedido.

Caberá a Barroso decidir os pedidos de impedimento dos ministros.

PRIMEIRA TURMA

As ações de impedimento foram direcionadas a Flávio Dino e Cristiano Zanin porque eles fa-

zem parte da Primeira Turma do Supremo, colegiado que vai julgar a denúncia contra Bolsonaro e os demais 33 acusados de envolvimento na tentativa de golpe de Estado.

A turma é composta pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo regimento interno da Corte, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada pelo colegiado.

Se maioria dos ministros aceitar a denúncia, Bolsonaro e os outros acusados viram réus e passam a responder a uma ação penal no STF.

A data do julgamento ainda não foi definida. Considerando os trâmites legais, o caso pode ser julgado ainda no primeiro semestre de 2025.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist. Arcebispo do Rio de Janeiro

8º Domingo do Tempo Comum

'Como é bom agradecermos, agradecermos ao Senhor' (Sl 91/92)

Celebramos neste domingo o oitavo deste Tempo Comum. Na próxima terça-feira, o Tempo Comum fará uma pausa, e, na Quarta-Feira de Cinzas, iniciaremos o Tempo da Quaresma. O Tempo Comum retornará após a Solenidade de Pentecostes e permanecerá até o fim do ano litúrgico, na Solenidade de Cristo Rei do Universo.

Estamos nos dias de Carnaval e, em nossa arquidiocese, no tempo dos retiros espirituais. Terça-feira é o dia do Carnaval, e, na Quarta-Feira de Cinzas, à 0h, inicia o Tempo da Quaresma com a celebração das Cinzas. Aproveitemos o Carnaval com consciência e moderação e, caso viagem para desfrutar o feriado prolongado, não se esqueçam da celebração da missa dominical e depois, da Quarta-Feira de Cinzas. Este ano, o Carnaval é um pouco mais tarde; aproveitemos este terceiro mês do ano para realizar nossa confissão sacramental e nos prepararmos bem para a Páscoa do Senhor.

A cada domingo, celebramos a Páscoa semanal de Cristo e recordamos a paixão, morte e ressurreição do Senhor. Dia de estarmos em família e, juntos, participamos da celebração eucarística. Sejamos gratos ao Senhor por ter dado a sua vida por nós na Cruz e por se fazer presente entre nós através da Eucaristia, por meio do Espírito Santo. É bom e prudente, todos os domingos, agradecermos ao Senhor pela semana que tivemos e pedirmos por aquela que está iniciando.

A liturgia de hoje nos diz que, antes de olharmos o erro do outro e buscarmos corrigi-lo, temos que observar como está a nossa vida, olhar primeiramente os nossos atos para depois corrigir o outro. Infelizmente, no mundo de hoje, muitas pessoas são muito boas para apontar o dedo para o outro e indicar-lhe seus defeitos, mas essa pessoa que faz isso não olha primeiro para o seu interior. Portanto, irmãos, olhemos antes para nós do que para os outros.

A primeira leitura da missa deste domingo é do livro do Eclesiástico (Eclo 27,5-8). Esse trecho do livro do Eclesiástico nos diz para tomarmos cuidado antes de elogiar alguém, pois observaremos os defeitos dessa pessoa quando a ouvirmos falar. Procuremos não fazer elogios antes de conhecer alguém profundamente, pois a nossa confiança, em primeiro lugar, deve estar em Deus.

Até mesmo dentro da comunidade, no trabalho, na escola ou no bairro, antes de elogiar alguém ou de expormos a nossa vida para alguém que não conhecemos, procuremos primeiro conhecer essa pessoa, criar uma intimidade com ela e ouvi-la antes de falarmos de nós.

O Salmo responsorial é o 91 (92), que diz em seu refrão: "Como é bom agradecermos, agradecermos ao Senhor!" Sejamos sempre gratos ao Senhor por tudo de bom que acontece em nossa vida e por aquilo que não seja tão bom também. O Senhor saberá conduzir a nossa vida, por isso, procuremos trilhar o caminho da justiça e da paz para que as coisas boas aconteçam em nossa vida e sejamos merecedores da vida eterna.

A segunda leitura da missa deste domingo é da primeira carta de São Paulo aos Coríntios (1Cor 15,54-58). Nesse trecho da leitura, Paulo vai dizer que a vida venceu a morte, ou seja, a vida não termina aqui, mas continua na vida eterna. Por mais que o corpo mortal se corrompa, a nossa alma, com o corpo glorioso, vai para junto de Deus. Tudo aquilo que passamos nesta vida, tanto as dores como as alegrias, será levado em conta na vida eterna. Por isso, trilhemos o caminho da justiça, respeitando e amando os nossos semelhantes. Tenhamos a certeza de que, ao final da nossa vida terrena, seremos merecedores da vida eterna e que tudo aquilo que passamos aqui será recompensado.

O Evangelho da missa deste domingo é de Lucas (Lc 6,39-45). Nesse trecho do Evangelho, Lucas narra um ensinamento de Jesus, dizendo que, antes de querer corrigir o nosso semelhante, temos que analisar os nossos próprios erros. Infelizmente, no mundo de hoje, muitos querem apontar o dedo para os defeitos dos outros, julgar ou condenar o próximo, mas, muitas vezes, aqueles que fazem isso têm "pecados" piores.

Portanto, antes de corrigirmos alguém, vejamos as nossas atitudes e se elas condizem com aquilo que nos diz o Evangelho ou com aquilo pelo qual estamos corrigindo o próximo. Somente Deus pode julgar o outro; é a consciência dele com Deus que fará com que durma ou não tranquilamente. Que cada um de nós possa produzir frutos bons de justiça, paz, amor e misericórdia e que não sejamos árvores secas, mas árvores verdes que produzam bons frutos e, dessa forma, possam ajudar o próximo.

Que possamos tirar palavras boas do nosso coração, palavras que confortem o próximo, e não palavras más que o destrua. Em nosso coração deve estar aquilo que recebemos da Palavra de Deus, e o que recebemos da Palavra devemos transmitir ao próximo. Agora, se não guardarmos no coração aquilo que recebemos da Palavra, não transmitiremos ao próximo palavras boas.

Celebremos com alegria este oitavo domingo do Tempo Comum, e que possamos confiar somente em Deus. Antes de corrigirmos o próximo, verifiquemos se as nossas atitudes condizem com as do Evangelho. Sejamos ainda como árvores verdes que produzam bons frutos e que ajudem o próximo a seguir no caminho do bem. Sejamos homens e mulheres bons, e que possamos produzir palavras que edifiquem o nosso irmão.

APOIO

Ministros do STJ defendem Moraes de críticas dos EUA

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgaram sexta-feira passada uma nota pública na qual defendem o trabalho do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Nesta semana, o Departamento de Estado norte-americano di-

vulgou mensagem alertando que "bloquear acesso à informação" ou impor multas a empresas dos EUA é "incompatível com liberdade de expressão".

Na manifestação, os ministros do STJ citam o histórico de admiração e respeito recíprocos entre o Brasil e os Estados Unidos. Para os magistrados, quem

aposta no conflito entre as instituições presta um "desserviço à nossa história".

Os ministros também defenderam a independência dos juízes brasileiros.

"Nenhum juiz brasileiro julga sozinho um litígio, por menor que seja, sem que da sua decisão caiba pelo menos um recurso para

órgão colegiado, no mesmo tribunal ou em tribunal superior. Essa é a maior garantia que os cidadãos e as empresas brasileiros e estrangeiros têm de que a lei, sem arbitrariedade ou privilégio, valerá igualmente para todos", afirmaram os ministros.

A nota é assinada pelos ministros Herman Benjamin, presidente do STJ, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves.

Na quarta-feira, o governo brasileiro criticou o posicionamento dos Estados Unidos contra decisões do Supremo que suspendem redes sociais norte-americanas no Brasil.

CASA DE TORTURAS

Ministério da Cultura estuda retomar prédio que abrigou o Dops

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O Ministério da Cultura analisa maneiras de garantir a preservação do prédio da Polícia Central, localizado na rua da Relação, na Lapa, no centro do Rio, onde funcionou o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Entre as medidas que considera tomar figura acionar mecanismos previstos no Termo de Transferência do Imóvel, de 1965, que permite a retomada do edifício pela União.

O Dops foi criado para assegurar e disciplinar a ordem militar no país. Ele foi utilizado principalmente durante o Estado Novo - período entre 1937 e 1945, sob o governo de Getúlio Vargas -, e na ditadura militar. O edifício foi usado como um aparato do Estado para perseguir e torturar quem se opunha aos regimes autoritários. Ali, estiveram presos Luiz Carlos Prestes, Olga Benário e Nise da Silveira, entre outros.

"O Ministério da Cultura está analisando os próximos passos para garantir a preservação do imóvel", diz a pasta, em nota. Acrescenta que, entre as medidas consideradas está "acionar os mecanismos previstos no Termo de Transferência do Imóvel, de 1965, que permite a retomada do imóvel pela União caso ele não esteja mais abrigando os serviços originais do edifício", diz.

Nos anos 60, com a ida da capital federal para Brasília, o prédio foi cedido pela União Federal para a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para que seguisse funcionando como delegacia de polícia. O Termo de Transferência do Imóvel garante, no entanto, que caso ele não esteja mais abrigando os serviços originais do edifício, pode ser retomado pelo Governo Federal para cumprir outras funções.

Segundo o Coletivo RJ MVJR - Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia, é isso que tem acontecido. O prédio está, há cerca de 40 anos, abandonado.

A intenção do Ministério da Cultura é que o espaço seja usado como uma espécie de memorial, "que honre as vítimas da repressão política e promova a reflexão sobre os valores democráticos", diz a pasta, em nota.

"O Ministério atua para garantir que espaços como esse sejam destinados à memória e à educação, transformando-os em locais de reflexão sobre os direitos humanos e a democracia", complementa.

VISITA BARRADA

Na quarta-feira passada, o Ministério da Cultura disse que foi surpreendido pela decisão do Governo do Estado do Rio de Janeiro de suspender a visita técnica que estava agendada e confirmada.

"A visita técnica ao edifício do antigo Dops foi planejada para avaliar o estado atual do prédio, identificar necessidades de restauro e discutir possíveis destinações para o espaço, como a criação de um memorial. A visita também visava subsidiar o ministério no diálogo com o governo do estado e outros atores envolvidos para encontrar soluções que respeitem a importância histórica do local", afirmou a pasta.

Segundo o ministério, a negativa se deu com a justificativa de que o local está suspenso às visitas públicas e visitas técnicas. E que o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) não recomendaria,

por conta do atual monitoramento da estabilidade do imóvel e garantia da segurança para evitar sinistro no prédio após recente reforma".

O Ministério da Cultura acrescenta, no entanto, que "extraoficialmente, o chefe de gabinete do governador do Rio de Janeiro, Rodrigo Abel, afirmou que a decisão foi "política" e o pedido será apreciado após o carnaval".

A pasta diz que seguirá na tentativa de realizar a agenda e que o assunto é tratado com muita atenção pela pasta que foi procurada pela sociedade civil buscando uma destinação de memória ao edifício.

"A visita técnica foi impedida pelo governo do estado, o que dificulta a avaliação do imóvel e o avanço das discussões sobre sua destinação. O Ministério da Cultura lamenta essa decisão, uma vez que o diálogo e a cooperação entre as esferas federal e estadual são essenciais para a preservação de locais históricos"

CENTRO DE REPRESSÃO

O prédio da Polícia Central é atualmente um dos bens do patrimônio histórico e artístico do estado do Rio de Janeiro. Hoje, não há qualquer indicação ou placa do papel desse edifício ao longo da história. Nele funcionou o Dops, criado para assegurar e disciplinar a ordem militar no país. Ele foi utilizado principalmente durante o Estado Novo e na ditadura militar para manter pessoas presas e perseguidas pelos regimes.

Ali, foram armazenados também diversos objetos sagrados, fruto da repressão às religiões de matrizes africanas, que atualmente constituem o Acervo Nosso Sagrado, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na década de 1930, foram denominados pela Polícia Civil com os termos racistas "Museu da Magia Negra".

O Coletivo RJ MVJR, junto com diversas organizações da sociedade civil, apresentou, em 2024, uma representação ao Ministério Público Federal para reivindicar a retomada do prédio pelo governo federal.

As entidades querem a transformação do prédio em um Centro de Memória dos Direitos Humanos. "Apesar de estar em ruínas, o prédio ainda preserva diversos elementos autênticos que representam o testemunho histórico sobre todo esse período de repressão, como as celas masculina e feminina, o gabinete do Filinto Muller com mobiliário da época, as salas onde foram produzidos os arquivos da repressão, além de diversos mobiliários gravados com a insígnia do Dops", diz a nota.

"Reivindicamos que o governo federal retome o prédio de uma vez por todas e dê início à criação do Centro de Memória dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro, que certamente será um marco na promoção de políticas de memória e reparação frente ao enorme passado de violência a que o povo brasileiro foi submetido ao longo da história", acrescenta o texto.

CASA BRANCA

Trump humilha Zelenski, mas não consegue usurpar minerais

A planejada assinatura de um acordo entre os Estados Unidos e Ucrânia sobre minerais raros não aconteceu, segundo um assessor de imprensa da Casa Branca. O ucraniano Volodimir Zelenski viajou para Washington sexta-feira passada, justamente para assinar o acordo sobre extração de minerais na Ucrânia, mas o encontro com Donald Trump terminou com um bate-boca no Salão Oval da Casa Branca.

O acordo que seria assinado permitiria que os Estados Unidos tivessem acesso recursos do subsolo ucraniano, como exigiu Trump, em compensação pela ajuda militar e financeira desembolsada nos últimos três anos.

Mas, durante encontro entre os dois presidentes no Salão Oval, que também contou com a presença do vice JD Vance, Trump chamou Volodimir Zelenski de "desrespeitoso" e disse que ele deveria ser "mais grato" na frente da imprensa. Depois da discussão, a visita de Zelenski à Casa Branca foi encurtada e entrevista coletiva que estava prevista, foi cancelada. No local onde deveria ocorrer a assinatura do acordo havia apenas as cadeiras e os púlpitos vazios.

A discussão começou depois de Zelenski ter dito a Trump que não se pode confiar nas promessas de paz de Vladimir Putin, observando o histórico de promessas não cumpridas do líder

russo, Trump se irritou e disse que Putin não quebrou acordos com ele

Em meio à discussão Trump ameaçou Zelenski: "Ou você fecha o acordo ou estamos fora. O seu país está em apuros. Você não está vencendo", disse Trump ao que Zelenski respondeu: "Eu sei". "Você tem uma boa chance de sair bem por nossa causa", interrompeu Trump.

"Nós (os Estados Unidos) demos a você, através do presidente idiota, US\$ 350 bilhões", disse referindo-se a Joe Biden e inflando o apoio dos Estados Unidos à Ucrânia que, na verdade, foi de US\$ 114 bilhões. "Nós demos a você equipamento militar... Se você não tivesse nosso equipamento militar, essa guerra teria acabado em duas semanas."

Depois da discussão, Trump disse que Zelenski poderia voltar quando estivesse pronto para a paz. "É incrível o que se revela por meio da emoção, e determinei que o presidente Zelenski não está pronto para a paz se os Estados Unidos estiverem envolvidos, porque ele acha que nosso envolvimento lhe dá uma grande vantagem nas negociações. Não quero vantagem, quero PAZ. Ele desrespeitou os Estados Unidos da América em seu estimado Salão Oval. Ele pode voltar quando estiver pronto para a paz", disse Trump em comunicado após o encontro

O presidente ucraniano via-

jou para Washington para assinar a resolução sobre extração de minerais na Ucrânia, mas o encontro com Trump terminou em bate-boca.

Após a reunião contenciosa, Zelenski e sua delegação foram para uma sala diferente e o líder ucraniano fez um esforço para tentar se recompor e colocar retomar a visita, de acordo com uma autoridade da Casa Branca. A fonte disse que o Conselheiro de Segurança Nacional Mike Waltz e o Secretário de Estado Marco Rubio comunicaram aos ucranianos que Trump queria que Zelenski deixasse a Casa Branca imediatamente.

Após a discussão, O ucraniano expressou gratidão ao povo americano, mas não abordou diretamente seu encontro com Trump e Vance em uma postagem no X. "Obrigado, América, obrigado pelo seu apoio, obrigado por esta visita. Obrigado presidente, Congresso e povo americano", escreveu Zelenski. "A Ucrânia precisa de uma paz justa e duradoura, e estamos trabalhando exatamente para isso."

O acordo que seria assinado não previa garantias absolutas de segurança, como queria a Ucrânia, embora Trump tenha dito que a cooperação funcionaria como uma espécie de rede de segurança. "Não acredito que ninguém vá entrar em problemas se estivermos (na Ucrânia), com muitos trabalhadores para

explorar minerais", disse o presidente americano.

A Ucrânia possui quase 5% dos recursos minerais do mundo, mas os que Trump cobiça não são explorados em sua maioria, são difíceis de extrair ou estão sob controle russo, em territórios ocupados

O encontro ocorreu no momento em que Ucrânia e Europa acompanham com preocupação a aproximação entre Estados Unidos e Rússia, que deram início às conversas para encerrar a guerra sem que os ucranianos estivessem presentes.

Trump havia reiterado ontem que confia no presidente russo, apesar das repetidas advertências da Europa sobre a fragilidade de qualquer trégua que não esteja acompanhada por um sólido aparato de controle e segurança, garantido pelos Estados Unidos. Ele disse estar convencido de que Putin "cumprirá sua palavra" em caso de cessar-fogo.

Dmitri Medvedev, ex-presidente russo e atual vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, chamou o bate boca televisionado de "uma repreensão no Salão Oval". Em seu canal no Telegram, Medvedev, o primeiro alto funcionário russo a opinar sobre a reunião entre Trump e Zelenski, elogiou o presidente dos EUA por "dizer a verdade" na cara de Zelenski e pediu que ele suspendesse a ajuda militar à Ucrânia.

JD Vance diz a Volodymyr Zelensky que ele desrespeitou Donald Trump

THAIS PORSCH/AE

Em reunião no Salão Oval da Casa Branca sexta-feira passada, o vice-presidente dos EUA, JD Vance, afirmou que a atitude do presidente ucraniano, Volo-

dymyr Zelensky, sobre as discussões do acordo de minerais entre os dois países, desrespeitava o governo dos EUA e a liderança de Donald Trump.

"Esse tipo de comentário que vai destruir o seu país", respon-

deu Vance à Zelensky. O presidente da Ucrânia havia dito que o acordo de minerais não era o suficiente.

Segundo o vice-presidente americano, a estratégia do ex-presidente Joe Biden não fun-

cionou e o caminho para a paz é engajar a diplomacia da Rússia.

Zelenski rebateu o comentário e enfatizou que Putin começou a atacar desde 2014 e "ninguém fez nada para parar até hoje".

Trump: Zelensky desrespeitou os EUA e pode voltar quando estiver pronto para paz

PATRICIA LARA/AE

O presidente Donald Trump disse que o líder ucraniano Volodymyr Zelensky desrespeitou os Estados Unidos em seu "querido Salão Oval" e que ele poderá voltar "quando estiver pronto para a paz".

Em registro na plataforma Truth Social sexta-feira, Trump

disse que "tivemos uma reunião muito significativa hoje na Casa Branca. Aprendeu-se muito que nunca poderia ser compreendido sem uma conversa sob tanto fogo e pressão".

"É incrível o que transparece através da emoção, e determinei que o presidente Zelensky não está pronto para a paz se os EUA estiverem envolvidos, porque ele

sente que o nosso envolvimento lhe dá uma grande vantagem nas negociações", segundo o registro.

"Não quero vantagem, quero PAZ", ressaltou Trump no post. "Ele desrespeitou os Estados Unidos da América no seu querido Salão Oval. Ele pode voltar quando estiver pronto para a paz."

Mais cedo, Trump acusou o presidente de estar "brincando

com a terceira guerra mundial" e de ser ingrato com os EUA. "Sem nós, você não tem carta nenhuma contra a Rússia. Ou você faz um acordo ou estamos fora", afirmou.

Os dirigentes participaram nesta tarde de encontro no Salão Oval da Casa Branca em meio a negociações de um acordo de minerais.

CATATUMBO

Confronto entre guerrilhas na Colômbia expulsou 52 mil e reduz chance de paz

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Cerca de 40 dias atrás eclodiu na Colômbia um conflito armado entre guerrilhas pelo controle da região de Catatumbo, área andina próxima à fronteira com a Venezuela, rica em recursos naturais, pobre socialmente e propícia para plantação da folha da coca, usada para fabricação da cocaína.

O retorno da guerra colombiana, que o início remonta aos anos 1940, põe em xeque o projeto do governo de esquerda do presidente Gustavo Petro de "Paz Total", e que buscava desmobilizar grupos rebeldes ainda armados que atuam na Colômbia.

O Exército de Libertação Nacional (ELN), com mais de 50 anos de atuação, entrou em guerra contra os dissidentes das Farcs (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o Frente 33, que não aceitaram abandonar as armas após o Acordo de Paz assinado em 2016.

Mais de 100 pessoas já foram assassinadas e 52 mil abandonaram suas residências para fugir do conflito. Houve atentados à bomba e estima-se que 80 mil pessoas tenham sido afetadas na região, sendo que 8,6 mil pessoas seguem em confinamento, sem poder se locomover.

A guerra causou grave crise humanitária na Colômbia, con-

siderada uma das mais graves desde os anos 1990, quando houve um recrudescimento do conflito interno do país.

O especialista colombiano Sebastián Granda Henao, professor em Fronteiras e Direitos Humanos na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), explica que o aumento do preço da cocaína no mercado mundial, no final de 2024, impulsionou a guerra pelo controle das economias ilegais da região.

"A guerra é para ver quem consegue controlar a produção, a comercialização e o refinamento da folha de coca nesse período de bonança. É um pro-

blema de economia política, de ter o controle territorial para a produção de commodities [matérias-primas] de economias ilegais", destacou Sebastián.

Nesta semana, o governo informou ter localizado e destruído 45 instalações e laboratórios para o processamento da cocaína. Além da droga, está em disputa toda uma economia ilegal que funciona na região, como o contrabando de mercadorias por meio da fronteira com a Venezuela, além da extração de petróleo, além da mineração ilegais. Extorsões dos moradores, por meio da cobrança de tributos, também faz parte das receitas desses grupos.